LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº. 1082/16 DP-G Belém, 01/07/2016
Nome: REGINALDO EMILIO VARELLA DE MORAES JUNIOR, matrícula nº. 54181048,
Assunto: Licença para tratamento de saúde,
P. Gozo: 22/06/16 a 01/07/16
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO
Defensora Pública Geral,

Protocolo 983766

PORTARIA Nº. 1081/16 DP-G Belém, 01/07/16
Nome: FELICIA MARQUES FIUZA NUNES, matrícula nº. 55588700,
Assunto: Licença para tratamento de saúde
P. Gozo: 12/05/16 a 06/06/16,
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO
Defensora Pública Geral,

Protocolo 983774

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº. 120/2016-GAB/DPG, de 27/06/2016, publicada no DOE Nº 33.156 de 27 de junho de 2016, sob o Protocolo Nº 978401, que designou o Defensor Público CÁSSIO BITAR VASCONCELOS.
Onde se lê: Coordenador De Núcleo Metropolitano,
Leia-se: Coordenador De Núcleo Regional
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO
 Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo 983726

TORNAR SEM EFEITO**TORNAR SEM EFEITO em 07/07/2016**

A Defensora Pública Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, VIII e XXI, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006.

RESOLVE: TORNAR SEM EFEITO NOS TERMOS SEGUINTE:
 ATO: Portaria Nº 094, DE 28/06/2016, publicada no DOE Nº 33.159, de 30/06/2016, sob o Protocolo 980179 que SUSPENDE, por 90 (noventa) dias, CÉLIO JÚNIOR DA SILVA GUIMARÃES, matrícula nº 5900062, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Defensoria Pública do Estado do Pará.
 Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo 983724

RESOLUÇÃO CSDP Nº 162, DE 16 DE MAIO DE 2016.

Estabelece o Regimento Interno da Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no poder normativo que lhe foi conferido pelo art. 102 da Lei Complementar Federal nº 80/94 e art. 10, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006; e

CONSIDERANDO a previsão do art. 103, da Lei Complementar Nacional nº 80/94 e art. 12 da Lei Complementar Estadual nº 54/2006, que estabelecem haver na estrutura da Defensoria Pública como órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição a Corregedoria Geral;

CONSIDERANDO a importância de se fixar um Regimento Interno para Corregedoria Geral;

CONSIDERANDO a deliberação do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública na 26ª sessão extraordinária, realizada no dia 16 de maio de 2016;

RESOLVE:

Estabelecer o Regimento Interno para Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará.

TÍTULO I**CAPÍTULO ÚNICO****DA ORGANIZAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO**

Art. 1º. A Corregedoria Geral da Defensoria Pública é Órgão da Administração Superior da Defensoria Pública, encarregada do controle, fiscalização e orientação da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Defensoria Pública.

Art. 2º. A Corregedoria Geral da Defensoria Pública será exercida pelo Corregedor Geral, indicado pelo Conselho Superior em lista tripartite, dentre os integrantes da categoria mais elevada da carreira e nomeado pelo Defensor Público Geral para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 1º. O Corregedor Geral tomará posse, em sessão solene perante o Conselho Superior, a ser realizada dentro dos 15 (quinze) dias seguintes à publicação do ato de sua nomeação.

§ 2º. O Corregedor Geral será auxiliado, quando necessário, por Defensores Públicos Auxiliares, de sua livre escolha, dentre membros da Defensoria Pública, designados pelo Defensor Público Geral.

§ 3º. Os Defensores Públicos Auxiliares serão no número máximo de 4 (quatro), sendo 2 (dois) com atuação perante a

região metropolitana de Belém e 2 (dois) com atuação perante o interior do Estado, sendo que a função do primeiro Defensor Público auxiliar da região metropolitana de Belém será exercida pelo Sub Corregedor Geral.

§ 4º. Os Defensores Públicos Auxiliares, após designação do Defensor Público Geral, ficarão afastados das atribuições das respectivas Defensorias Públicas a que forem titulares.

§ 5º. Ao Defensor Público Auxiliar da Corregedoria cabe o desempenho das atividades que lhe forem comissionadas pelo Corregedor Geral.

§ 6º. A designação considerar-se-á finda com o término do mandato do Corregedor Geral que o indicar ou em razão de dispensa, a pedido deste.

§ 7º. O Corregedor Geral da Defensoria Pública será substituído em sua ausência, licenças, férias e impedimentos pelo Sub Corregedor Geral, o qual será indicado pelo Corregedor Geral dentre os Defensores Públicos que compõe a última categoria da carreira, ou, na impossibilidade de sua indicação pelo Defensor Público de Entrância Especial ou da última classe, mais antigo na carreira.

§ 8º. O Corregedor Geral poderá ser destituído por proposta do Defensor Público Geral, pelo voto de 2/3 (dois terços) do Conselho Superior, antes do término do mandato, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão dos deveres do cargo, assegurada ampla defesa.

§ 9º. No caso de destituição do Corregedor Geral, o Conselho Superior, no prazo de 03 (três) dias, elaborará nova lista, na forma do caput deste artigo.

Art. 3º. A Corregedoria Geral da Defensoria Pública terá a seguinte estrutura:

I - Gabinete do Corregedor Geral;

a) Chefia de gabinete;

b) Assessoria;

II - Sub Corregedor Geral

III - Defensores Públicos Auxiliares da Corregedoria;

a) Gabinete do Defensor Público Auxiliar da Corregedoria com atuação na Região Metropolitana de Belém;

b) Gabinete do Defensor Público Auxiliar da Corregedoria com atuação no interior.

IV - Secretaria da Corregedoria Geral.

a) Divisão de Relatório e Estatística;

b) Divisão de Apoio Técnico; e

c) Divisão de Registro, Controle e Cadastro.

Parágrafo único. A Corregedoria Geral terá, em seus quadros, membros da Defensoria Pública, servidores e estagiários, lotados pela autoridade competente, em quantidade e com a qualificação necessária, segundo solicitação do Corregedor Geral.

TÍTULO II**DAS ATRIBUIÇÕES****CAPÍTULO I****DAS ATRIBUIÇÕES DO CORREGEDOR GERAL**

Art. 4º. São atribuições do Corregedor Geral da Defensoria Pública, além das previstas no art. 13, da Lei Complementar Estadual 54/06:

I - inspecionar, em caráter permanente, as atividades dos membros e servidores da Defensoria Pública;

II - sugerir, fundamentadamente, ao Defensor Público Geral o afastamento de membro ou servidor da Defensoria Pública que esteja sendo submetido a correção, sindicância ou processo administrativo disciplinar, quando cabível;

III - propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membros da Defensoria Pública;

IV - receber e analisar os relatórios circunstanciados dos membros da Defensoria Pública, proferindo parecer fundamentado, informando ou sugerindo ao Defensor Público Geral o que for necessário;

V - recomendar ao Defensor Público Geral a aplicação de qualquer espécie de sanção disciplinar, bem como a exoneração de membro da Defensoria Pública que não esteja cumprindo com as condições do estágio probatório;

VI - receber e processar as reclamações sobre abusos, erros, omissões ou conduta incompatível de membros e servidores da Defensoria Pública encaminhando-as, com parecer, ao Defensor Público Geral;

VII - propor, fundamentadamente, ao Defensor Público Geral instauração de sindicância ou procedimento administrativo disciplinar contra membros da Defensoria Pública e seus servidores, sugerindo seu afastamento quando necessário;

VIII - apresentar parecer sobre aplicação ou não de sanção, bem como a respectiva gradação nos processos administrativos disciplinares instaurados pelo Defensor Público Geral após o relatório final da comissão de processo disciplinar;

IX - instaurar, fundamentadamente, sindicância disciplinar quando a sanção a ser aplicada for de repreensão, censura ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

X - acompanhar o estágio probatório dos membros da Defensoria Pública;

XI - apresentar ao Defensor Público Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior;

XII - prestar ao Defensor Público Geral e ao Conselho Superior,

em caráter sigiloso, as informações que lhe forem solicitadas sobre a atuação funcional de membro da Defensoria Pública;

XIII - manter prontuário, permanentemente atualizado, dos membros da Defensoria Pública, para efeitos de promoção por merecimento;

XIV - atender e orientar os membros da Defensoria Pública no desempenho de suas funções;

XV - examinar as representações recebidas contra membros da Defensoria Pública, determinando o seu arquivamento, quando manifestamente improcedentes;

XVI - instaurar, fundamentadamente, pedido de explicações, de caráter informativo, bem como determinar o seu arquivamento;

XVII - realizar correções e inspeções nas Defensorias Públicas do Estado, bem como em seus núcleos;

XVIII - expedir atos, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento dos serviços da Defensoria Pública, nos limites de suas atribuições;

XIX - fazer recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos de execução;

XX - integrar, como membro nato, o Conselho Superior da Defensoria Pública;

XXI - dirigir e distribuir os serviços da Corregedoria Geral;

XXII - determinar e superintender a organização dos assentamentos relativos às atividades funcionais e à conduta dos membros da Defensoria Pública;

XXIII - delegar ao Secretário da Corregedoria Geral, no curso de procedimentos que lhe caiba instruir, a prática de atos que entender necessários;

XXIV - requisitar das Secretarias dos Tribunais de Justiça, dos diversos cartórios ou de qualquer repartição judiciária, cópias de peças referentes afeitos judiciais, certidões ou informações;

XXV - sugerir ao Defensor Público Geral ou ao Conselho Superior da Defensoria Pública a adoção de medidas indispensáveis ao cumprimento das atividades da Instituição;

XXVI - inspecionar estabelecimentos de internação de adolescentes em conflito com a lei e estabelecimentos penitenciários;

XXVII - exercer outras atividades, compatíveis com suas atribuições, que lhe sejam conferidas por lei ou pelo Regimento da Instituição.

CAPÍTULO II**DAS ATRIBUIÇÕES DO SUB CORREGEDOR GERAL**

Art. 5º. O Sub Corregedor Geral será indicado pelo Corregedor Geral entre aqueles integrantes do último nível da carreira, o qual se afastará das atividades de seu cargo de execução, durante o período de exercício da Sub Corregedoria Geral.

Art. 6º. São atribuições do Sub Corregedor Geral:

I - Substituir o Corregedor Geral durante seus afastamentos;

II - enquanto não estiver atuando na substituição do Corregedor Geral, o Sub Corregedor Geral terá as mesmas atribuições dos Defensores Públicos Auxiliares, conforme estabelecido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III**DAS ATRIBUIÇÕES DOS DEFENSORES PÚBLICOS AUXILIARES**

Art. 7º. Os Defensores Públicos Auxiliares da Corregedoria Geral serão aqueles estáveis na carreira, de 3ª entrância ou penúltimo grau da carreira, indicados pelo Corregedor Geral e que não tenham sofrido sanções disciplinares nos últimos cinco anos.

Art. 8º. São atribuições dos Defensores Públicos Auxiliares da Corregedoria Geral:

I - auxiliar o Corregedor Geral no desempenho de suas funções;

II - realizar correções e inspeções nos órgãos de atuação, mediante delegação do Corregedor Geral;

III - conduzir, instruir, manifestar e exarar pareceres em expedientes administrativos ou procedimentos administrativos disciplinares, conforme distribuição equitativa a ser realizada pela Secretaria da Corregedoria Geral;

IV - propor ao Corregedor Geral a expedição de atos visando à regularidade e o aperfeiçoamento dos serviços da Defensoria Pública;

V - acompanhar e orientar o estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Estado;

VI - representar o Corregedor Geral em atos e solenidades oficiais, quando determinado;

VII - exercer inspeção permanente em autos, livros e papéis da Defensoria Pública apontando erros, falhas, irregularidades e omissões ao Corregedor Geral, a fim de que sejam sanadas;

VIII - inspecionar estabelecimentos de internação de adolescentes em conflito com a lei e estabelecimentos penitenciários;

IX - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou por delegação do Corregedor Geral.

Parágrafo único. As atribuições acima elencadas serão exercidas no âmbito dos Gabinetes dos Defensores Públicos Auxiliares da Região Metropolitana de Belém e do Interior de acordo com sua territorialidade.

CAPÍTULO IV**DAS ATRIBUIÇÕES DO GABINETE**

Art. 9º. O Gabinete do Corregedor Geral destina-se a assessorar e auxiliar o Corregedor no exame dos assuntos submetidos à sua apreciação e, ainda, acompanhar e controlar a execução de seus despachos e decisões.